



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 042/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- **Processo TCE nº 11070/2014.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá.

4- **Exercício:** 2013.

5- **Responsável:** Sr. Senhor Abraão Magalhães Lasmar, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa.

6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo n.º 112/2014-DICAMI (fls. 1576/1603) e Relatório Conclusivo n.º 135/2014-DICOP (fls. 1525 a 1525).

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1.465/2015-MP-ESB, (fls. 1828 a 1844) - Procurador de Contas Evanildo Santana Bragança.

8- **Relatora:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.

9- **PARECER PRÉVIO:**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **Aprovação com Ressalvas das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá**, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **Abraão Magalhães Lasmar**, nos termos do art. 31, parágrafo 1.º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/88, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2.423/96, e art. 3.º da Resolução TCE n.º 09/87.

10- **Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- **Data da Sessão:** 05 de agosto 2015.

12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Raimundo José Michiles, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 042/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por RAIMUNDO JOSÉ MICHILES.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 2FEFF292-9CF C366B-B98713EE-A39BCCF9



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 042/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 042/2015)

1- Processo TCE nº 11070/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Senhor Abraão Magalhães Lasmar, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 112/2014-DICAMI (fls. 1576/1603) e Relatório Conclusivo nº 135/2014-DICOP (fls. 1525 a 1525).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1.465/2015-MP-ESB, (fls. 1828 a 1844) - Procurador de Contas Evanildo Santana Bragança.

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2013.

Regular com ressalvas. Aplicação de multas. Prazo. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1. Á UNANIMIDADE:

9.1.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá, exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Abraão Magalhães Lasmar, na condição de Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II e 22, II, b, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

9.1.2 – Determinar a DICAD que faça o exame específico referente a admissão de 37 servidores em caráter temporário;

9.1.3 - Recomendar à origem a estrita observância das normas constitucionais e legais aplicáveis, notadamente as contidas na Lei 4.320/64, Lei 8.666/93, Lei 101/2000 (LRF), Lei 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e demais Resoluções desta Corte;

9.1.4 - Determinar a origem que faça a adequação imediata do limite de gastos com pessoal.

9.2 – POR MAIORIA:

9.2.1 - Aplicar multa no valor de 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) ao Sr. Abraão Magalhães Lasmar, nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE, pela inobservância de prazo no envio dos balancetes mensais via ACP de janeiro a Abril de 2013;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 042/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 042/2015)

9.2.2 – Em consonância com a proposta do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, aplicar multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) ao Sr. Abraão Magalhães Lasmar, nos termos do art. 53, parágrafo único da Lei 2423/96, em razão das seguintes impropriedades:

- A não instituição de Setor de Almoxarifado na Prefeitura de Santo Antonio do Iça;
- Desatualização dos registros e tombamentos dos bens permanentes, assim como livro tomo e agentes responsáveis pela sua guarda, não atendendo as exigências do Art. 94 da Lei 4.320/64;
- Despesas com indícios de fragmentação de despesas de um mesmo objeto, na aquisição de peças para veículos para a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Iça, contrariando o art. 23, § 1º, § 2º, § 5º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, nos valores abaixo discriminados:
- Ausência da Lei Municipal que cria e regulamenta os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de combate a endemias em atenção a Lei Federal n.º 11.350/2006 e EC n.º 51/2006;
- Ultrapassou o limite de gastos com pessoal no exercício de 2013, previsto no art. 20 da Lei Complementar federal nº 101/2000 em, 0,31%;
- Admissão de 37 servidores temporários.
- Ausência de Anotações de Responsabilidades Técnicas nas contratações de obras e engenharia.
- Ausência dos Atestados de Responsabilidade Técnica das obras e serviços apontadas no Relatório da DICOP.

9.2.3 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

Vencido o voto do Conselheiro Raimundo José Michiles, cujo destaque pela regularidade das contas com ressalvas e sem aplicação de multas não foi acolhido. Vencido o Conselheiro Alípio Reis Firmo Filho, que votou pela aplicação da multa sugerida anteriormente pela Relatora, no item 3.

10- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de agosto 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 042/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 042/2015)

Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por RAIMUNDO JOSÉ MICHILES.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 2FEFF292-9CFC566B-B98713EE-A39BCCF9